



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 0357 / 2023

Folhas: 539

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 124/2023

OBJETO: EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAL HIDRÁULICO E INFRAESTRUTURA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0357/2023 EDITAL: 037/2023 - PREGÃO PRESENCIAL

HOMOLOGAÇÃO: 18/09/2023

EMPRESA: HIDROELETRICA PADUANA LTDA

ENDEREÇO: RUA FLORISMUNDO DECNOP, 60 - TAVARES - SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ

CNPJ: 04.434.068-0001-30

TELEFONE: 22-3853-3306

E-MAIL: compras@eletricapaduana.com.br

Ao décimo nono dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, na sala do Órgão Gerenciador do Município de Santo Antônio de Pádua, situado na Praça Visconde Figueira, s/n, segundo andar, Centro, Santo Antônio de Pádua/RJ, o responsável pelo Órgão Gerenciador, Sr^a. **Maria Cristina Cretton França**, nos termos do Decreto Municipal nº145 de 23 de dezembro de 2009, nº015 de 17 de fevereiro de 2017 e nº081 de 01 de agosto de 2017, face a classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL**, através do procedimento do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** para o eventual fornecimento de material de pintura e acessórios, segundo critérios estabelecidos no **EDITAL 037/2023** e, ainda, em virtude da deliberação do **Exmº Sr. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Roberto Pinheiro Pinto**, decidindo-se pela homologação do resultado da licitação, resolve, registrar os preços apresentados pela empresa acima identificada, neste ato representada por **Herminio da Cunha Godinho**, portador(a) da carteira de identidade n.º: **04745757-7**, conforme abaixo:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	HIDROELÉTRICA	
MATERIAL HIDRÁULICO E INFRAESTRUTURA				UNIT.	TOTAL
007	378	UN.	Joelho PVC 150mm x 90º	22,42	8.474,76
018	502	UN.	Tê PVC 20mm	0,50	251,00
024	869	UN.	Tubo de esgoto PVC 100mm x 6m	25,00	21.725,00
032	355	UN.	Tubo esgoto PVC 40mm x 6m	12,00	4260
034	404	UN.	Tubo PVC 20mm x 6m	5,00	2.020,00
038	542	UN.	União PVC 3/4 polegadas	5,40	2.926,80
041	147	UN.	Caixa Sifonada PVC DN 100x100x50	4,40	646,80
044	162	UN.	Ralo quadrado 10 x 10cm	4,95	801,90
TOTAL				RS	41.106,26

1. FORMA DE FORNECIMENTO

1.1. O fornecimento dos materiais deverá ser realizado a partir da requisição, especificando quantidade, descrição completa do Material e finalidade, para o Órgão Gerenciador e posterior ateste pela Secretaria de Planejamento para averiguação de dotação orçamentária.

1.2. Ficará a cargo das **Secretarias** o local a ser entregue os materiais e a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas das entregas do material, conforme relação constante no **APÊNDICE III**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	0357 / 2023
Folhas:	535
SEÇÃO DE LICITAÇÃO	

2. LOCAL de ENTREGA

2.1. Os materiais deverão ser entregues no local, com endereço indicado pelas Secretarias, de segunda a sexta-feira, entre 08hs e 16hs, salvo feriados e pontos facultativos, conforme relação de endereços elencados no **APÊNDICE III**.

3. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E EXECUÇÃO DA ATA

11.1. Homologado o certame e adjudicado o objeto da licitação à empresa vencedora, essa deverá dentro do prazo máximo de **05 (cinco) dias** assinar a Ata de Registro de Preço após a convocação realizada pelo Município.

4. DO PRAZO DE ENTREGA, DE GARANTIA E DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

4.1. PRAZO DE ENTREGA

4.1.1. O prazo de entrega dos materiais é de no máximo **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada da Nota de Empenho.

4.1.2 Por prazo de entrega entende-se o prazo considerado até que os materiais sejam descarregados e recebidos no local de entrega fixado pelo CONTRATANTE.

4.1.3 Qualquer alteração do prazo de entrega dependerá de prévia e expressa aprovação, por escrito, do CONTRATANTE.

4.2. DO PRAZO DE GARANTIA

4.2.1. O prazo de garantia dos materiais, objeto deste contrato, é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento e atestação definitiva dos materiais pelo CONTRATANTE.

4.2.2. Em casos onde a validade ofertada pelo fabricante seja superior ao acima estabelecido, fica o mesmo considerado em ordem de preferência.

4.3. DO PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS

4.3.1. O prazo máximo para a CONTRATADA efetuar a substituição, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito de fabricação/embalagem violada, validade vencida, e outras não conformidades é de **02 (dois) dia úteis**, a partir da data da comunicação pelo CONTRATANTE.

4.4. PRAZO DA ATA

4.4.1. O prazo da Ata do Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**. A contar data da assinatura da Ata de Registro de Preços, observada a necessária publicação, prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer na quantidade requisitada rigorosamente conforme as especificações contidas no Termo de Referência, a serem averiguadas pelos servidores que atestarem o recebimento e quando autorizado pelo CONTRATANTE através do **Órgão Gerenciador**;

5.2. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o **artigo 55, XIII da Lei Federal nº 8.666/93**;

5.3. A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais, em conformidade com o constante da correspondente na nota de empenho, atentando-se e responsabilizando-se por quaisquer inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos;

5.4. Que o material constante na Ata seja entregue e descarregado de acordo com o endereço indicado pelo Órgão Gerenciador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 0357 / 2023
536

- 5.5. Que todo o material fornecido seja de primeira linha.
- 5.6. Que todo o material fornecido seja atendida aos requisitos da Portaria n.º 406, de 26 de agosto de 2014 do INMETRO - INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA.
- 5.7. Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.
- 5.8. Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração em sua habilitação, que venha a influenciar na execução do contrato, decorrente deste SRP.

6. DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. A CONTRATADA declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.
- 6.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da CONTRATADA quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o CONTRATANTE, terceiros, próximas ou remotas.
- 6.4. A execução do contrato será acompanhada por um representante do CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo CONTRATANTE irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 6.5. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato.
- 6.6. Ficará a cargo das **Secretarias Municipais solicitantes**, a fiscalização e o acompanhamento da execução de todas as fases e etapas dos serviços e das entregas do material.
- 6.7. Cabe ao Órgão Participante aplicar, garantia a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, mediante adimplemento de cada parcela da obrigação, através de transferência, em conta bancária indicada por intermédio da apresentação da fatura emitida pela Contratada em correspondência ao objeto executado. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.
- 7.2. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de **compensação financeira**.
- 7.3. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, **juros moratórios** de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).
- 7.4. Entende-se por atraso o prazo que exceder **15 (quinze)** dias da apresentação da fatura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	0357	2023
Folhas:	537	
SECTOR DE LICITAÇÃO		

7.5. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o **Município de Santo Antônio de Pádua** fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de **compensação financeira**.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Conforme estabelecido no **Artigo 72 da Lei Federal nº 8.666/93**, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto da licitação.

9. DAS SANÇÕES:

9.1. A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Cadastro de Fornecedores mantido pela Administração Pública Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas nesse edital, no contrato e das demais cominações legais, conforme dispõe o **artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02**, quando:

9.1.1. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato;

9.1.2. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no certame

9.1.3. Ensejar retardamento da execução do objeto;

9.1.4. Não mantiver a proposta;

9.1.5. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.7. Cometer fraude fiscal.

9.2. A Contratada, na hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

9.2.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;

9.2.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;

9.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **Município de Santo Antônio de Pádua**, por prazo não superior a dois anos;

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

9.3. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **objeto**.

9.4. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos poderá ser aplicado à Contratada nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:

9.4.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;

9.4.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;

9.4.3. Rescisão do contrato;

9.4.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

9.4.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à Contratada a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.

9.6. Ocorrendo atraso injustificado na entrega do **material**, por culpa da Contratada, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	0357/1202B
Folhas:	53
SETOR DE LICITAÇÃO PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	

9.7. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato no prazo estipulado, importa inexecução total do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação das penalidades previstas no presente edital, inclusive multa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, facultando o **Município de Santo Antônio de Pádua** a convocar a licitante remanescente, na forma do **artigo 64, § 2º da Lei Federal nº8.666/93**.

9.8. Os danos e perdas decorrentes de culpa ou dolo da Contratada serão ressarcidos ao **Município de Santo Antônio de Pádua** no prazo máximo de 03 (três) dias, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

9.9. As multas previstas neste ato convocatório não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada pelos danos causados ao **Município de Santo Antônio de Pádua** e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas em lei e que o contrato seja rescindido unilateralmente.

9.10. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao **Município de Santo Antônio de Pádua**, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

9.11. Constituem motivos para rescisão do contrato, por ato unilateral do Contratante, os motivos previstos no **artigo 78, I a XI da Lei Federal nº8.666/93**, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a Contratada, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 do mesmo diploma legal**, sem prejuízo das sanções estipulada em leis e neste edital.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Pagar pontualmente pelo **objeto**;

10.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e em tempo hábil quaisquer instruções ou alterações a serem adotadas sobre assuntos relacionados a este Contrato;

10.3. Designar um representante autorizado para acompanhar os fornecimentos e dirimir as possíveis dúvidas existentes;

10.4. Liberar o acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais onde serão feitas as entregas quando em áreas internas do CONTRATANTE;

10.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato, sem que com isso venha excluir ou reduzir a responsabilidade da CONTRATADA;

10.6. Impedir, juntamente com a contratada, que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado, executem a obra ou prestem os serviços, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

11. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados têm como embasamento legal o Decreto Municipal nº015, de 17 de fevereiro de 2017 artigos 16, 17, 18, 19 e 20 conforme abaixo:

Art. 16 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO:	0357	12023
Folhas:	539	sub
SETOR DE LICITAÇÃO		
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA		

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

§ 2º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Art. 18 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo único. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1.993, ou no art. 7º nº 10.520, de 2.002.

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deste artigo, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

Art. 20 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOSPROCESSO: 0357/2023
Folhas: 540
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA**12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1. As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente correrão à conta da dotação orçamentária enviada para Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento:

Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana e Rural			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
15.451.0009.2.023	3.3.90.30.00.00.00	844	501 – Outros Recursos não vinculados
15.451.0009.2.023	3.3.90.30.00.00.00	845	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
15.452.0001.2.017	3.3.90.30.00.00.00	99	501 – Outros Recursos não vinculados
15.452.0001.2.017	3.3.90.30.00.00.00	100	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Recursos Minerais			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001.2.049	3.3.90.30.00.00.00	789	501 – Outros Recursos não vinculados
04.122.0001.2.049	3.3.90.30.00.00.00	176	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
26.782.0194.2.099	3.3.90.30.00.00.00	188	501 – Outros Recursos não vinculados
26.782.0194.2.099	3.3.90.30.00.00.00	793	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Segurança Pública			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
06.122.0001.2.144	3.3.90.30.00.00.00	256	501 – Outros Recursos não vinculados
06.122.0001.2.144	3.3.90.30.00.00.00	257	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Esportes			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
27.812.0151.2.194	3.3.90.30.00.00.00	325	501 – Outros Recursos não vinculados
27.812.0151.2.194	3.3.90.30.00.00.00	807	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
27.812.0189.2.191	3.3.90.30.00.00.00	342	501 – Outros Recursos não vinculados
27.812.0189.2.191	3.3.90.30.00.00.00	343	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Agricultura			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
20.122.0001.2.053	3.3.90.30.00.00.00	196	501 – Outros Recursos não vinculados
20.122.0001.2.053	3.3.90.30.00.00.00	197	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
20.608.0051.2.056	3.3.90.30.00.00.00	215	501 – Outros Recursos não vinculados
20.608.0051.2.056	3.3.90.30.00.00.00	216	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Administração e Gestão			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001.2.012	3.3.90.30.00.00.00	781	501 – Outros Recursos não vinculados
04.122.0001.2.012	3.3.90.30.00.00.00	38	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
04.122.0163.2.220	3.3.90.30.00.00.00	784	501 – Outros Recursos não vinculados
04.122.0163.2.220	3.3.90.30.00.00.00	46	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Educação			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
12.361.0001.2.043	3.3.90.30.00.00.00	124	573 – Royalties do Petróleo/Gás natural vinc. à Educação
12.361.0001.2.043	3.3.90.30.00.00.00	125	500 – Recursos não vinculados de Impostos
12.361.0014.2.046	3.3.90.30.00.00.00	137	500 – Recursos não vinculados de Impostos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

Estado do Rio de Janeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 0357/1/2023
Folhas: 541 sub
SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

12.361.0014.2.046	3.3.90.30.00.00.00	1943	573 – Royalties do Petróleo/Gás natural vinc. à Educação
12.365.0015.2.047	3.3.90.30.00.00.00	162	500 – Recursos não vinculados de Impostos
12.365.0015.2.047	3.3.90.30.00.00.00	1693	573 – Royalties do Petróleo/Gás natural vinc. à Educação
Secretaria Municipal de Cultura			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
13.122.0195 2.005	3.3.90.30.00.00.00	366	501 – Outros Recursos não vinculados
13.122.0195 2.005	3.3.90.30.00.00.00	810	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
08.122.0001 2.129	3.3.90.30.00.00.00	593	501 – Outros Recursos não vinculados
08.122.0092 2.177	3.3.90.30.00.00.00	631	501 – Outros Recursos não vinculados
08.122.0092 2.177	3.3.90.30.00.00.00	633	669 – Outros Recursos vinc. Assistência Social
08.122.0121 2.228	3.3.90.30.00.00.00	663	669 – Outros Recursos vinc. Assistência Social
08.122.0125.2.097	3.3.90.30.00.00.00	676	501 – Outros Recursos não vinculados
08.122.0125 2.151	3.3.90.30.00.00.00	681	501 – Outros Recursos não vinculados
08.122.0125 2.151	3.3.90.30.00.00.00	683	669 – Outros Recursos vinc. Assistência Social
Secretaria Municipal de Meio Ambiente			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001 2.116	3.3.90.30.00.00.00	286	501 – Outros Recursos não vinculados
04.122.0001 2.116	3.3.90.30.00.00.00	287	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Secretaria Municipal de Transportes			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
26.782.0186 2.244	3.3.90.30.00.00.00	439	501 – Outros Recursos não vinculados
26.782.0186 2.244	3.3.90.30.00.00.00	440	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural
Assessoria Direta do Gabinete			
<i>Programa de Trabalho</i>	<i>Natureza da Despesa</i>	<i>Despesa</i>	<i>Fonte de Recursos</i>
04.122.0001 2.003	3.3.90.30.00.00.00	2	501 – Outros Recursos não vinculados
04.122.0001 2.003	3.3.90.30.00.00.00	3	704 – Transf. União ref. Royalties do Petróleo e Gás natural


Responsável pelo Órgão Gerenciador


Empresa Vencedora